

RELAÇÕES ENTRE COMPORTAMENTO HUMANO E AMBIÊNCIA: UMA REFLEXÃO COM BASE NA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Gleice Azambuja Elali
Docente PPGAU e PPGSPI/ UFRN
gleiceae@gmail.com

RESUMO

Cada local é caracterizado por uma ambiência singular, cuja construção é cotidiana e tem como base a articulação entre muitos **fatores visíveis e invisíveis** que o impregnam, muitos dos quais atuam de modo inconsciente sobre as pessoas que se encontram no local. Partindo desse entendimento, este artigo tem como meta fomentar uma reflexão sobre possíveis interfaces entre o comportamento humano e a ambiência a partir da perspectiva oferecida pela Psicologia Ambiental, campo interdisciplinar voltado para o estudo **das relações bidirecionais pessoa-ambiente**. Além de indicar alguns dos pressupostos da Psicologia Ambiental que encontram correspondência nos elementos da qualidade pervasiva que embasam os estudos da ambiência, demonstra-se que vários dos conceitos e pesquisas originários da primeira área podem contribuir para a segunda, não no sentido de elucidá-la completamente, mas visando facilitar a compreensão dos atributos que a delimitam. Em suas três primeiras seções o artigo apresenta os conceitos de *affordance*, percepção ambiental e comportamento sócio-espacial humano (esse último se dividindo nos subitens proxêmica, territorialidade, aglomeração, privacidade e apropriação); segue-se uma breve **reflexão sobre a questão simbólica e afetiva da relação pessoa-ambiente**. Ao final as possibilidades de trabalho nessa área são ilustradas através de alguns exemplos de pesquisas realizadas na UFRN, surgidas a partir de preocupações relativas às relações pessoa-ambiente, mas que também podem ser lidas / interpretadas sob a perspectiva da ambiência, ajudando a discutir tal conceito e apontando oportunidades para a integração dos interesses desses dois campos de trabalho em função da sua complementaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiência; Psicologia Ambiental; Comportamento humano.

INTRODUÇÃO

Cada local possui uma ambiência própria que o caracteriza e cuja construção é cotidiana. A base dessa ambiência é a articulação entre muitos fatores visíveis e invisíveis que impregnam aquele lugar e definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local ou o percorrem. Ela é composta por aspectos físicos, culturais, sociais, de uso e de temporalidade, entre outros, muitos dos quais operam de modo inconsciente (Thibaud, 2004).

Embora a área de Arquitetura e Urbanismo venha gradativamente se aproximando do conceito de ambiência considerando-a um importante diferencial para a compreensão do uso do espaço e sua projeção, a multiplicidade de elementos envolvidos nesse tipo de trabalho dificulta a realização dessas investigações, uma vez que uma pesquisa centrada em qualquer desses fatores (ou mesmo em alguns deles)

não consegue abarcar totalmente a experiência vivenciada pelas pessoas nos inúmeros locais em que permanecem ou por onde passam.

Partindo dessa visão geral, e antecipadamente reconhecendo a limitação de trabalhos que enfoquem apenas partes dessa realidade, esse artigo propõe-se a refletir sobre possíveis interfaces entre o comportamento humano e a ambiência a partir da perspectiva oferecida pela Psicologia Ambiental, campo interdisciplinar voltado para o estudo das relações bidirecionais pessoa-ambiente.

Emergindo dos ideais ecológicos que se propagaram pelas diversas áreas do conhecimento nas décadas de 1950 e 1960, aproximando-as de temas ligados ao meio ambiente e à vida cotidiana, a Psicologia Ambiental tem raízes internas e externas à Psicologia (Bonnes & Secchiaroli, 1995). Como não cabe a esse texto retomar a história da Psicologia Ambiental, optou-se por começar apresentando sinteticamente a idéia básica de três dos autores / obras que são fundamentais para a definição das bases teórico-metodológicas da área — a partir dos quais será construído o argumento que conduz esse artigo — como sejam: Lewin, Barker / Wright e Ittelson / Proshansky / Rivlin / Winkel.

Rompendo com a tradição da Psicologia em sua época, Kurt Lewin defendia que o "comportamento (C) é função da interação entre pessoa (P) e ambiente (A)". Tal idéia foi resumida pelo autor na equação $C = f(P \times A)$, a qual indica que as relações pessoa-ambiente são bidirecionais e contínuas, ou seja, a pessoa tanto influencia o ambiente quanto é influenciada por ele (Lewin, 1965).

A concepção de Lewin foi aprofundada pelos estudos de Roger Barker e Herbert Wright (Barker, 1968; Barker & Wright, 1951), que culminaram na definição do conceito de *behavior setting*, entendido como "sistema limitado, auto-regulado e ordenado, composto de integrantes humanos e não-humanos substituíveis que interagem de modo sincronizado para realizar uma sequência ordenada de eventos denominada programa" (Wicker, 1979, p.10-12). Tal estudo exige a análise do local e seus componentes (materiais, móveis e equipamentos), dos limites espaciais e temporais daquilo que lá acontece, das pessoas presentes e dos mecanismos que regulam / ordenam a ação, aspectos diretamente ligados à sua ambiência.

Outra contribuição clássica no campo da Psicologia Ambiental e que se mostra fundamental para esse artigo é uma das primeiras tentativas para a sistematização da área, realizada por Ittelson, Proshansky, Rivlin e Winkel (1974), e que, partindo de uma análise acurada das pesquisas na área realizadas até aquele momento, propôs a delimitação dos principais pressupostos que a caracterizam, como sejam:

1. "O ambiente é vivenciado como um campo unitário" – ou seja, embora seja composto por muito fatores, de modo geral é percebido com algo único, sendo difícil (ou mesmo impossível) isolar todos elementos que ali interagem.
2. "A pessoa tem propriedades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais" - isto é, os usuários são parte inerente ao ambiente, e tem características pessoais e sociais (desde altura e massa corporal até personalidade e modo de contato social preferido) que não podem ser omitidas para a compreensão / estudo das relações humano-ambientais.
3. "Não há ambiente físico que não seja envolvido por um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele" – é impossível separar meio físico e meio sócio-cultural, de modo que o ambiente é, por definição, o meio sócio-físico.

4. “A influência do ambiente físico no comportamento varia de acordo com a conduta em questão” – condutas muito complexas tendem a ser menos influenciáveis pelo ambiente do que condutas mais simples.
5. “O ambiente opera abaixo do nível da consciência” - as pessoas não tem consciência de grande dos aspectos ambientais que as envolve, e nem poderiam ter, dada a imensa quantidade de fatores envolvidos e a relativa limitação do aparato físico-cognitivo do ser humano.
6. “O ambiente observado não é necessariamente o ambiente real” – cada pessoa percebe o ambiente de modo particular, selecionando os aspectos que mais chamam sua atenção, além disso, ao ambiente são associados sentimentos particulares, o que dá uma conotação afetiva aos diversos ambientes.
7. “O ambiente é organizado cognitivamente em um conjunto de imagens mentais” - a percepção ambiental possibilita a identificação de elementos-chave capazes de sintetizar e representar o conjunto experienciado pelas pessoas, e muitas vezes usado para facilitar a comunicação entre indivíduos.
8. “O ambiente tem valor simbólico” – as pessoas tendem a associar os aspectos objetivos do ambiente à símbolos sociais e culturais que podem modificar sua compreensão.

Embora possam parecer até um tanto óbvios frente ao conhecimento atual, tais pressupostos representaram um grande avanço em sua época, permitindo o reconhecimento do papel do ambiente no comportamento humano, apesar de evidenciarem a dificuldade das pessoas estarem conscientes dessa influência e conseguirem indicar claramente quais aspectos do meio sócio-físico tem maior ou menor alcance em suas ações.

Nesse ponto é fundamental traçar um paralelo entre os pressupostos da área e os elementos da qualidade pervasiva que embasam os estudos da ambiência ou qualidade da situação (Thibaud, 2004), como sejam: (i) a unidade ou integração entre os elementos do contexto (quer primários, secundários ou terciários); (ii) a disposição ou sentimento relativos à situação (aspecto mais sentido do que percebido e, portanto menos consciente) e (iii) o processo temporal e teleológico que orientam e dão significado à experiência.

A semelhança entre essas duas classificações gera uma interessante teia de inter-relações, evidenciando a possibilidade de trocas (de informações, de conceitos e de métodos de trabalho) entre elas.

Mesmo que o interesse da Psicologia Ambiental esteja centrado nos aspectos da interação pessoa-ambiente, sobretudo em termos comportamentais, e não no estudo da ambiência em si (a qual, nesse campo se aproxima mais da esfera do contexto comportamental), alguns dos conceitos e pesquisas originários da primeira área podem contribuir para a segunda, como sejam, entre outros, os de *affordance*, percepção ambiental e comportamento sócio-espacial humano.

Partindo desse entendimento, este artigo foi desenvolvido em seis pequenas seções. As três primeiras estão relacionadas aos conceitos supracitados (*affordance*, percepção ambiental e comportamento sócio-espacial humano – este último, por sua vez, apresenta os conceitos de proximidade, territorialidade, aglomeração, privacidade e apropriação). Segue-se uma breve reflexão sobre a questão simbólica e afetiva da relação pessoa-ambiente, um item destinado a mostrar alguns exemplos de pesquisas na área das relações pessoa-ambiente, que não foram elaborados com base no conceito de ambiência mas que podem ser lidos / interpretados a partir dele, de modo

a apontar algumas possibilidades de integração entre esse dois campos do conhecimento em função de sua complementaridade.

AFFORDANCE

Definido a partir da valorização da complementaridade entre o animal e o meio (Gibson, 1986, p. 127), o conceito de *affordance* corresponde ao conjunto de informações fornecidas quer por um objeto em particular, quer por um ambiente.

As *affordances* estão ao nosso redor (nos objetos, nos elementos constitutivos do local e mesmo nas pessoas), e tem em si um potencial de uso “latente”, abrindo diferentes possibilidades de ação para quem esteja em contato com elas. No ambiente terrestre, por exemplo, elas se dividem em: meio, substâncias, superfícies e seus traçados, objetos, outras pessoas e animais (Gibson, 1986, p. 130-135).

Embora o observador possa perceber ou não uma *affordance*, ela é invariante e se encontra continuamente a sua disposição. Ou seja, se tratam de propriedades imutáveis do elemento que, para serem transmitidas, precisam ser tangíveis ou audíveis, ter odor, tato ou visibilidade (Gibson, 1986; Gunther, 2003); assim, o que pode mudar é a decodificação dessa *affordance*, que pode alterar-se em função das necessidades ou características dos observadores.

Para ilustrar o conceito na escala do objeto (o que é realmente muito mais simples do que em uma escala maior), é fácil imaginar que ao chegarem a um determinado local, as pessoas encontrem uma superfície horizontal de aproximadamente 70x150cm, disposta a cerca de 70cm do piso, feita de material duro, resistente, liso e seco, aparentemente estável, sem temperatura diferenciada ou cheiro evidente. Eis a *affordance*, e o leitor já pode tê-la decodificado com base em seus conhecimento e interesse atuais ou em situações vivenciadas anteriormente. No entanto é importante enfatizar que, dependendo da situação essa *affordance* pode (e deve) ser interpretada de diferentes maneiras. Assim, um rapaz que precisa escrever um texto vai decodificar o objeto como uma escrivaninha; uma criança cansada pode ver nele um local para deitar-se; uma mãe que precisa trocar a fralda do bebê vai entendê-lo como uma bancada ou um fraldário; o cozinheiro que precisa cortar legumes para uma refeição pode tomá-lo como uma bancada; alguém que está carregando algo pesado irá decifrar o objeto como um local para depositá-lo temporariamente; um atleta interpretará como uma base para fazer alongamentos, e assim por diante. Tais situações são basicamente diferentes entre si, mas a *affordance* não mudou em cada um desses casos; ou seja, o objeto é o mesmo e, pelo menos enquanto estiver naquele local, continuará a transmitir suas qualidades aos que dele se aproximarem, independentemente do que irá acontecer (ou deixar de acontecer) a cada momento.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Um dos conceitos-chave para entendimento da ambiência é a percepção, compreendida como conjunto das sensações, experiências, memória e sentimentos ligados ao contexto sócio-físico, cultural e temporal experienciado pela pessoa com relação a um lugar (TUAN, 1980). Ela corresponde a um processo complexo que envolve características pessoais, objetivos do indivíduo na situação, motivação e experiência anteriores, os quais estão relacionados à maior ou menor sensibilidade do indivíduo e às *affordances* proporcionadas pelo local e seus objetos. Além disso, fatores como aprendizagem, experiência e treino podem alterar a sensibilidade da

pessoa quanto à identificação de diferentes aspectos do ambiente Lee (1977), ampliando suas possibilidades de perceber objetos e situações.

Correspondendo a umas das primeiras etapas do circuito psicológico da experiência ambiental humana (Pinheiro 1998; Del Rio, 1999), os estudos de percepção ambiental evidenciam que o ambiente influencia inúmeras facetas da vida humana, desde aspectos individuais (como a orientação e a imagem corporal, a definição de trajetórias entre pontos e a atribuição de causalidade) até fenômenos sociais (como aquisição / uso de linguagem e desempenho de papéis). Além disso, é preciso enfatizar que a percepção do objeto e a percepção ambiental são processos diferentes entre si, pois, no primeiro caso o percebedor / observador mantém certa distância do objeto, enquanto no segundo ele está “imerso” na situação percebida, a qual o “circunda, contém e abraça” (Ittelson, 1973, p. 13).

Outra importante ressalva diz respeito aos limites entre percepção ambiental e ambiência. Embora a percepção ambiental deva ser compreendida como um modo de decodificar aspectos da ambiência, não pode ser encarada como principal responsável por ela ou mesmo como modo de estudá-la em sua totalidade, e sim como um dos possíveis frutos dessa ambiência. Ou seja, corroborando Thibaud (2004, p 337) “não percebemos a ambiência, percebemos de acordo com a ambiência”.

Isso acontece porque, não tendo arcabouço físico e/ou cognitivo adequado à captação e assimilação de todas as informações disponibilizadas pelo ambiente, o ser humano precisa concentrar sua atenção em alguns de seus aspectos, escolha essa que é fruto dos interesses, da motivação, das características individuais (idade, gênero, condições físicas, fase do ciclo vital, background social, cultural, educacional, psicológico, entre outros) e do tipo de relação que cada pessoa mantém com o local (Ittelson, 1973; Gifford, 1997). Tais variações vivenciais explicam o fato de uma mesma ambiência ser percebida diferentemente pelos muitos indivíduos que dela usufruem ou usufruíram (Tuan, 1983).

Em termos subjetivos também é importante destacar a “temporalidade” como elemento que permeia o processo perceptivo, ressaltando-se que, por si, ela conjuga três aspectos: (i) o momento em que acontece o contato pessoa-ambiente e sua duração (tempo cronológico); (ii) a “época” a que pertence o local e que está embutida nele (tempo edificado, correspondente à idade e tipologia dos objetos envolvidos e seu estado de conservação – Lynch, 1972) e (iii) o tempo psicológico (aquele introjetado pela pessoa / observador, ou seja, o que está na “cabeça” do indivíduo e pauta ações do mesmo no passado, presente ou futuro).

Apesar de enfatizarem o papel de todos os sentidos no processo perceptivo, autores como Tuan (1983), Gibson (1986) e Gifford (1997) indicam que a visão é o principal sentido envolvido na percepção espacial humana, ressaltando que grande parte da nossa decodificação do ambiente é função de imagens visuais, às quais são associadas conjuntos significativos.

Obviamente, em se tratando de pessoas com deficiência visual esse sentido pouco colabora para a percepção ambiental, de modo que a ambiência é percebida a partir de outros canais sensoriais e decodificada por mecanismos (Paula, 2003), em muitas situações proporcionando uma vivência mais rica do que a experienciada por videntes.

Independentemente do tipo de sentido majoritariamente envolvido e das características pessoais de cada um, outro aspecto a considerar na compreensão da percepção são os tipos de processos perceptuais utilizados pelos indivíduos nas situações da vida diária, os quais podem ocorrer de dois modos: *top-down* (de dentro para fora) e *bottom-up* (de fora para dentro).

A pessoa opera segundo processos perceptuais de tipo *top-down* (de dentro para fora), quando precisa agir em uma situação que conhece e domina, e atua em função de processos do tipo *bottom-up* (de fora para dentro) quando precisa lançar mão de vários recursos adicionais diretos (visão, tato, olfato, audição) ou indiretos (sinalização, indicações de outros) para ter condições de atuar naquele local de modo adequado aos seus propósitos. (Elali, Araújo e Pinheiro, 2009)

COMPORTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL HUMANO

A experiência espacial humana é função tanto de suas características biológicas (bípede ereto com estatura média geralmente entre 1,50m e 1,90m quando adulto, dotado de estereoscopia visual e auditiva) quanto da sua capacidade de assimilar / representar / re-acessar informações, o que possibilita ao indivíduo desenvolver diversas maneiras conhecer os diversos locais onde vive ou pelos quais se move (Pinheiro e Elali, 1998).

Quer como parte do processo de comunicação interpessoal ou como mediador da interação entre pessoa e ambiente, o comportamento espacial humano recorre a gestos, posturas, orientação corporal, toque e estabelecimento de distâncias interpessoais, entre outros elementos não-verbais. Além disso, ele geralmente acontece de modo pouco consciente (como é o movimento corporal em uma conversa), o que dificulta seu estudo. Para tanto, os pesquisadores nessa área desenvolveram conceitos específicos, tais como espaço pessoal (Sommer, 1973), proxêmica (Hall, 1977), territorialidade (Martinez-Torvisco, 1998), aglomeração (Tuan, 1983; Sommer, 1973), privacidade (Altman, 1975), adaptação (Pol, 1992), apropriação (Pol, 1992 e 1996). Este texto irá apresentar brevemente alguns destes conceitos, considerando a significativa influência da ambiência em seu entendimento / definição, e nos comportamentos que deles derivam.

Proxêmica

Ao definir proxêmica enquanto área dedicada ao estudo do uso do espaço como parte da comunicação interpessoal, Hall (1977) classifica os espaços ao redor das pessoas como de características fixas (quando um local é dificilmente modificável, como acontece em um banheiro), semi-fixas (quando o arranjo físico é facilmente modificável, como numa sala de aula) e informais (correspondente às distâncias entre os indivíduos).

Embora as pessoas não tenham muita consciência das distâncias que estabelecem entre si e os demais, a variação das distâncias interpessoais está relacionada a aspectos como possibilidade de toque e de sentir calor / odores corporais, manutenção de campo visual / auditivo, definição de volume / tom de voz e conteúdo verbalizado, movimentação possível / admissível, entre outros fatores intimamente vinculados ao tipo e à qualidade das interações sociais.

Além das características individuais dos envolvidos e da situação em análise, um fator essencial para o estabelecimento / manutenção / decodificação das relações proxêmicas são os indícios do ambiente sócio-cultural e físico que possibilitam tais ações.

Territorialidade

Em sua origem, vinculada à etologia, o conceito de territorialidade diz respeito ao sentimento de posse relativa a um determinado espaço individual ou grupal, quer ele esteja vinculado ou não à propriedade (oficial, jurídica) do mesmo. Também relacionada ao tempo de ocupação de um local, a territorialidade corresponde à exigência de exclusividade no seu uso e à adoção de comportamentos de defesa do mesmo, cujo reconhecimento orienta grande parte do comportamento de outros indivíduos que se movimentem pela área (Martinez-Torvisco, 1998).

Como a territorialidade humana se manifesta em diferentes escalas ambientais e temporais, na definição de seu alcance físico são utilizados marcadores culturalmente reconhecidos, como são os muros e cercas no caso de terrenos em área urbana, os objetos pessoais que personalizam a escrivaninha de um escritório, o caderno e caneta deixados sobre uma carteira escolar, entre outros.

A territorialidade humana apresenta uma dimensão adicional: o relacionamento bidirecional entre o comportamento humano e o ambiente físico circundante. Bidirecional porque, se todos nós estabelecemos espaços específicos de uso e ocupação (nossa casa, um lugar à mesa de refeições, um assento no ônibus ou metrô), temos, inversamente, nosso comportamento (e o das pessoas que interagem conosco nesses locais) influenciado por essas áreas especiais do ambiente (Pinheiro e Elali, 1998,).

Obviamente a territorialidade exerce grande influência na ambiência, e vice-versa, de modo que para as pessoas adotarem comportamentos adequados a cada situação vivenciada é essencial que as diferentes territorialidades ali (direta e / ou indiretamente) presentes / atuantes sejam decifradas por quem transita no local.

Aglomeração

De cunho subjetivo, o conceito de aglomeração (em inglês, *crowding*; em espanhol *hacinamiento*; e para o português também traduzido como ajuntamento, apinhamento ou superpovoamento), corresponde a uma situação na qual uma pessoa percebe que necessita de uma quantidade de espaço maior do que a disponível (Hombrados, 1998). Não se tratam, necessariamente, de situações nas quais exista grande densidade física (limitação espacial calculável numericamente – área disponível por pessoa ou quantidade de pessoas por área), e sim de ocasiões em que o indivíduo (i) se sinta observado (Tuan, 1983), (ii) entenda que há pessoas demais no local (mesmo que isso não esteja real em termos de densidade), ou (iii) perceba que a presença de outras pessoas restringe sua ação.

Se a aglomeração vivenciada for compreendida como pessoal e acontecer em um lugar considerado importante para o indivíduo, ele tenderá a percebê-la como muito intensa e persistente, tendo maior dificuldade para enfrentá-la / solucioná-la (Pinheiro e Elali, 1998).

Por outro lado, em casos de se deparar com circunstâncias cuja densidade física é relativamente grande e indesejável, porém obrigatória, para reduzir a sensação de aglomeração, a pessoa tende a se comportar de maneira a compensar a proximidade dos demais (fixar um ponto ao longe, evitar olhar diretamente para alguém, concentrar-se em outros pensamentos). É o que acontece em elevadores ou em ônibus lotados, nos quais as pessoas não se encaram, permanecendo por algum

tempo absorvas em pontos mais distantes e / ou imagens não-humanas (como a paisagem, o teto ou a botoeira que indica o número dos andares).

Privacidade

Considerada o "acesso ótimo de outros ao eu ou ao grupo" (Altman, 1976), a noção de privacidade pressupõe um equilíbrio momentâneo ideal entre as tendências do indivíduo se isolar e se tornar acessível aos demais, sendo "fortemente determinada por normas sociais" (Lee, 1977, p. 43-44). O desenvolvimento de habilidades para regular as condições de privacidade que a pessoa necessita a cada momento está diretamente ligada à auto-identidade e ao reconhecimento dos seus limites em contato com os outros, ou seja, quais "aspectos do ambiente físico e social são partes de si e que aspectos são partes dos outros" (Altman, 1976 p. 25).

Esse controle seletivo de acesso ao eu pode ser exercido através de algum aspecto do ambiente físico, como ao se possuir um recinto próprio (quarto, casa etc.) (...). Na ausência de barreiras físicas evidentes, surgem normas sociais, mais ou menos explícitas, que ajudam a limitar a intimidade desejável. Essas normas de defesa da privacidade manifestam-se em nível do comportamento interpessoal (...) ou em nível das relações comportamento-ambiente, quando determinado espaço é defendido através da manipulação de objetos ou pela ocupação territorial de lugares especialmente significativos. Assim, conhecer um ambiente significa, entre outras coisas, compreender as funções desse espaço, reconhecendo e aplicando táticas culturalmente adequadas de defesa da privacidade. (Pinheiro e Elali, 1998, p.)

Lidando continuamente com as normas sociais de uso do espaço, as pessoas se tornam capazes de identificar / decodificar / usar tal simbologia para regular sua privacidade, e desenvolvem "personalidades situacionais" (Hall, 1977), derivadas de experiências vivenciadas anteriormente e usadas / retomadas de acordo com a circunstância em que se encontram.

Apropriação

Tendo como base a topofilia (sentimento de afiliação ao lugar - Tuan, 1980), a noção de apropriação relaciona-se diretamente à territorialidade. Ela envolve o conceito de posse do território, não em termos jurídicos, mas no que se refere à identificação e apego do indivíduo ao ambiente e à liberdade para interferir no mesmo, deixando nele a sua "marca pessoal".

O espaço não tem um sentido meramente funcional. É o resumo da vida e das experiências públicas e íntimas. A apropriação contínua e dinâmica do espaço dá ao sujeito uma projeção no tempo e garante a estabilidade de sua própria identidade. (Pol, 1992: 45)

Pol (1996) indica que a apropriação abrange dois componentes que se inter-relacionam continuamente entre si: o simbólico (identificar-se com o local) e o de ação-transformação (possibilidade de personalizar os ambientes).

O modo como um indivíduo ou grupo se apropria de um ambiente é reflexo direto das ligações afetivas pessoa-ambiente e das relações de poder consolidadas no local. Se tais fatores assumem um aspecto agradável (positivo para a pessoa ou o

grupo), a apropriação pode se refletir em atitudes de respeito para com o ambiente; por outro lado, quando tais relações são pouco prazerosas (negativas) envolvendo sensações como alienação e segregação, os esforços de apropriação (ou de demonstrar a possibilidade de apropriar-se de um local) podem assumir características agressivas (gratificação, invasões, e similares), ou caracterizar-se como descuido com o local.

É inegável que as condições de apropriação de um local (e, sobretudo, a efetiva ocorrência dessa posse, jurídica ou não) podem influenciar de modo significativo a sua ambiência, enquanto, por outro lado, a ambiência pode facilitar e/ou inibir comportamentos de apropriação.

ASPECTOS AFETIVOS E SIMBÓLICOS

As pessoas ou grupos associam significados simbólicos e afetivos ao ambiente (emoções, cognições, crenças, comportamentos e ações), se tornando ligadas a eles tanto cultural quanto emocionalmente (Low e Altman, 1992). Por outro lado, o meio fornece “importantes estímulos para a representação imagética de nossos sentimentos e emoções” (Tuan, 1980, p. 236), bem como para a construção e decodificação da linguagem abstrata que o envolve.

Quando essa ligação é discutida a partir de uma conotação emocional, recebe o nome de vinculação ou apego ao lugar (*place attachment*), um sentimento complexo, que congrega informações físicas, sociais e psicológicas relacionadas ao lugar e profundamente interligadas entre si (Giuliani, 2003 e 2004; Speller, 2005). Segundo os autores na área, o vínculo ao lugar envolve três dimensões básicas da interação pessoa-ambiente: a funcional, a simbólica e a relacional (Hidalgo e Hernandez, 2001; Hummon, 1992). A literatura também indica haverem dois níveis de temporalidade que podem ser articulados pelo indivíduo àquele local em particular: o passado interacional pessoa-ambiente e o potencial (futuro) interacional do lugar (Milligan, 1998), ou seja, respectivamente, a memória de situações vividas e a expectativa de novas vivências (imaginadas ou antecipadas).

Rubinstein e Parmelee (1992) salientaram o caráter dinâmico do apego ao lugar, indicando não se tratar de “um estado, mas um processo que continua por toda a vida” (p.143), e que sofre alterações em função do ciclo vital individual e familiar.

Sob o ponto de vista simbólico, o ambiente e seus componentes estão intimamente interligadas aos códigos culturais e sociais em que os seres humanos estão imersos, tanto incorporando quanto sendo depositários e reprodutores dos inúmeros significados inerentes às diferentes linguagem que as utilizam no seu cotidiano e que .

Numa tentativa de interpretar essa condição simbólica e seu rebatimento no ambiente, Yázigi (2001) comenta que cada lugar tem uma “personalidade própria” que se apóia no conjunto de suas peculiaridades, como sua história, seus costumes, sua arquitetura e urbanismo, seus tipos humanos, seus mitos e segredos, sua forma lingüística e sons, sua fauna, flora, clima, etc., ou seja, na sua ambiência. Além disso, mesmo havendo lugares com componentes semelhantes, ainda há o diferencial relacionado ao uso que a comunidade faz de tudo isso, o que pode produzir diferença e, portanto, promover a identidade do lugar. “É quando a ordem dos fatores altera o produto” (p. 45).

ALGUNS ESTUDOS ACADÊMICOS NESSA INTERFACE

Em várias pesquisas que tem se desenvolvido nos cursos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Psicologia da UFRN, a percepção ambiental e o comportamento sócio-espacial humano tornam evidente a papel da ambiência para o entendimento dos resultados obtidos, quer esse tenha sido o objeto central do trabalho ou não.

Assim, por exemplo, por algum tempo o grupo de pesquisa Inter-Ações Pessoa-Ambiente (UFRN) acompanhou o processo de adaptação de expedicionários que vão o Atol das Rocas (enviados pelo IBAMA-RN) e os Penedos de São Pedro e São Paulo (Programa Arquipélago, do Ministério da Marinha, Brasil), lá permanecendo entre 20 e 30 dias (Pinheiro, 2004). As equipes que visitam aqueles redutos oceânicos isolados a fim de realizar suas pesquisas costumam se referir à “atmosfera especial do local”, para cuja descrição geralmente os viajantes combinam sol, mar, areia, água salgada, ondas gigantes, muito vento, pouca vegetação, quase nenhuma sombra, atobás, ninhos, peixes, tartarugas e tubarões, além de grandes possibilidades de aventura (esperada ou inesperada), da imprescindível adaptação a não usufruir do conforto mínimo disponível no continente (água potável, luz, internet, elevador, telefone celular, banheiro) e da necessidade de conviver continuamente em um grupo de 4 pessoas (quer fossem anteriormente conhecidas ou não) dividindo um pequeno abrigo de madeira. Apesar desses muitos elementos em comum, Azevedo (2002) mostrou que a ambiência local é decodificada de modo diferenciado pelos diversos tipos de indivíduos que participaram de tais expedições (quer o tenham feito uma ou várias vezes). A pesquisa realizada indica que os “safos” (pessoas mais predispostas e aptas a participar das atividades que ali acontecem) percebem aquela ambiência como mais aprazível, estimulante e desafiadora do que os não-safos (pessoas menos preparadas para a viagem ou com menos jogo de cintura para viver em ambiente natural), resultado que demonstra tanto o papel das características individuais na decodificação daqueles locais, quanto o papel simbólico daquele tipo de ambiência.

Em outro trabalho, Oliveira (2006) analisou a imagem sócio-ambiental da Escola Agrícola de Jundiá-RN, concluindo que o fato da instituição “se parecer com uma fazenda” (no que se refere a abrigar construções com material rústico, currais, pomar, horta, muita vegetação e animais presentes no seu dia a dia) tornava a instituição facilmente assimilável por estudantes majoritariamente provenientes da zona rural do estado, que associavam a escola ao seu local de origem. Além disso, a vida em grupo e isolada da família, as exigências escolares e a preocupação com o futuro, aliados à fase do ciclo vital vivenciada pelos estudantes (que chegam à escola ainda adolescentes e terminam o curso como adultos jovens), aparentaram tornar o local especial para tais grupos, como pode ser comprovado anualmente durante os encontros de ex-alunos, nos quais é fácil ouvir depoimentos relacionados a ser aquele “um lugar inesquecível, maravilhoso”, uma espécie de “ponto intermediário entre o futuro imaginado e futuro real”.

Outras duas pesquisas discutiram a vivência ambiental de pessoas com deficiência e o meio possibilitava (ou, em grande parte das ocasiões, impossibilitava) acolhimento às suas necessidades. Calado (2006) trabalhou com cinco estudantes com deficiência física e/ ou visual matriculados em escolas de ensino fundamental, evidenciando que tais alunos percebiam e experienciavam de modo próprio a ambiência da escola, detectando nela vários aspectos ligados a sua segregação social, embora tais barreiras muitas vezes não fossem perceptíveis a outras pessoas. Por sua vez, Pires (2008) investigou a área central da cidade de Natal-RN, setor que desde 1998 foi alvo de várias intervenções voltadas à garantia da acessibilidade através da adoção de desenho universal, demonstrando que a qualidade ambiental pode motivar pessoas com deficiência e sem deficiência a explorarem o meio urbano e se sentirem acolhidas nele ou por ele. Segundo esta autora, em muitas situações as

barreiras atitudinais e psicológicas são maiores e mais dificilmente trabalháveis do que as físicas (arquitetônicas) e informacionais.

No campo da humanização de ambientes hospitalares, Viana (2004) explicita que, em contraposição a um modelo apenas voltado para atividades curativas, a ambiência dos hospitais (em termos de estrutura física e modo de atendimento pela equipe) pode auxiliar significativamente no restabelecimento dos pacientes.

Sob outra perspectiva, Sousa (2004) analisou a percepção dos atuais freqüentadores da Praça André de Albuquerque, a mais antiga da cidade de Natal / RN. Seus resultados sugerem que, além de espaço de passagem, aquele é um ponto de convergência urbana para diversos grupos, dentre os quais se destacam taxistas, flanelinhas (palavra local que designa pessoas que informalmente cuidam de veículos estacionados), skatistas e estudantes. Tais usuários demonstram perceber seletivamente o local e associá-lo a significados diferenciados, que assumem um caráter prático para taxistas, flanelinhas e skatistas (como espaço de trabalho para os dois primeiros, e espaço de prática de esportes para os últimos) e um cunho afetivo para estudantes e passantes (como lugar de reunião, lazer e bem-estar).

Outro tipo de trabalho interessante está relacionado ao estudo da imagem sócio-ambiental de setores urbanos (Elali, 2007a, 2007b e 2008), em cujo entendimento a ambiência tem aflorado como elemento fundamental. As pesquisas realizadas com esse fim valorizam o ponto de vista dos usuários dos locais investigados (quer moradores quer freqüentadores), e para tanto foi desenvolvido um método de pesquisa que envolve a escrita de um texto (redação no caso de estudantes), a elaboração de desenhos do local e a aplicação de questionário. De modo geral, a atenção dos pesquisadores tem sido atraída pela riqueza informacional proporcionada pelos desenhos, os quais, de modo bastante claro e contundente, elucidam como os participantes percebem importantes aspectos das relações pessoa-ambiente naqueles locais, tanto em termos ambientais (praia, vegetação, aridez, clima, tráfego de veículos) quanto em termos sociais (grupos presentes, violência urbana, prostituição, trânsito, tipo de cuidado habitual com o local). Apesar de tratar-se de uma representação bidimensional, usando sua criatividade alguns dos participantes a tratam como uma “representação multimídia”, completando os desenhos com sons e cheiros indicados através de textos e balões (linguagem de histórias em quadrinhos), artifício que amplia consideravelmente a quantidade de informações sobre a ambiência daqueles locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada setor do ambiente oferece aos seus usuários uma enorme gama de variáveis que influenciam o comportamento humano, desde aspectos considerados “objetivos” (como iluminação, temperatura, ruídos e arborização) até aspectos totalmente “subjetivos” (como a sensação de aglomeração e acolhimento, as condições de apropriação e o clima social). Essas dimensões ‘visíveis’ e ‘invisíveis’ do lugar correspondem à sua ambiência e influenciam a percepção das pessoas que o experienciam e, a partir de suas próprias características individuais, (gênero, idade, história de vida, condições físicas, entre outros) o interpretam e reinterpretem continuamente.

A dificuldade no estudo da ambiência exige que os pesquisadores nesse campo se aproximem de diferentes áreas do conhecimento, desde antropologia e sociologia, até arquitetura, urbanismo e design. Nesse sentido, a perspectiva ecológica e centrada na percepção humana proporcionada pela Psicologia Ambiental pode vir a contribuir significativamente com as pesquisas a realizar, sobretudo a partir de sua base

conceitual e métodos / técnicas voltados para a compreensão dos comportamentos potencialmente associáveis aos diversos tipos de ambiência. Tal potencialidade de trabalho pode ser inferida a partir do breve relato dos resultados dos projetos aqui apresentados que, embora não tenham sido elaborados com base no conceito de ambiência, podem ser lidos / interpretados a partir dele, apontando algumas possibilidades de integração entre esse dois campos do conhecimento em função da complementaridade que os interliga.

Certamente esse ainda é um tipo de investigação embrionário em nosso meio, e que merece ser aprofundado. Um dos caminhos para esse encontro é o desenvolvimento de métodos / técnicas de pesquisa com embasamento interdisciplinar, voltados para as inter-relações entre o comportamento humano e a ambiência dos lugares onde ocorre. Além disso, o investimento em atividades teórico-metodológicas precisa ser acompanhado por atividades aplicadas ligadas à intervenção espacial, de modo a possibilitar um retorno mais imediato dos resultados obtidos por estes estudos, tanto para as comunidades que os alimentaram, quanto para a área de arquitetura e urbanismo, sempre carente de iniciativas aproximem as soluções adotadas e as reais necessidades daqueles que vivenciam o lugar.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, I.. The environment and social behavior. Monterey, Califórnia: Brooks / Cole, 1975.
- AZEVEDO, A. V. M. (2002). Interação de pequenos grupos em situação de isolamento: uma aplicação da Técnica do Incidente Crítico em áreas naturais protegidas. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BARKER, R. G.. Ecological psychology. Stanford: Stanford University Press, 1968.
- BARKER, R. G., & WRIGHT, H. F. One Boy's Day. New York: Harper & Row, 1951.
- BONNES, M., & SECCHIAROLI, G. Environmental Psychology. a psycho-social introduction. Londres: Sage, 1995.
- CALADO, G. C.. Acessibilidade no ambiente escolar: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN. Dissertação de mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN. Natal, 2006.
- DEL RIO, V. *Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização da área portuária do rio de Janeiro*. In V. Del Rio & L. de Oliveira (Orgs.). Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- ELALI, G. A. *Imagem sócio-ambiental de áreas urbanas: um estudo na Ribeira, Natal-RN*. Psicología para América Latina. México. setembro/2007a. (também acessível em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2007000200006&lng=es&nrm=iso).
- ELALI, G.A. (coordenadora) Relações pessoa-ambiente como subsídio ao processo projetual. Projeto de pesquisa (PVG961). PPesq-UFRN) 2007b./
- ELALI, G. A. . *Studying the Socio-Environmental Image of Urban Areas: Reflexions about experiences in districts of Natal-RN-Brasil*. In: Proceedings of IAPS 2008 Rome: IAPS, 2008b.
- ELALI, G. A.; ARAÚJO, R. G.. PINHEIRO, J. Q. *Acessibilidade Psicológica: eliminar barreiras "físicas" não é suficiente* In PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.) Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: AnnaBlume. 2009.
- GIBSON, J.. The ecological approach to visual perception. Hildalle, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.
- GIFFORD, R.. Environmental Psychology: principles and practice. Boston: Allyn and Bacon, 1997.

- GIULIANI, M. V.. *O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente*. In: E. T. O. Tessara, E. P. Rabinovich & M. C. Guedes (eds.), Psicologia e Ambiente. São Paulo: EDUC, 2004, p. 89-106.
- GIULIANI, M. V. *Theory of attachment and place attachment*. In M. Bonnes, T. Lee, and M. Bonaiuto (Eds.), Psychological theories for environmental issues. Aldershot: Ashgate, 2003, pp.137-170
- GÜNTHER, H. *Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente*. Estudos de Psicologia, v 8 (2).. Natal, RN: Ago 2003, p.273-280.
- HALL, E. T.. A dimensão oculta. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- HIDALGO, M.; HERNANDEZ, B.. *Place Attachment: conceptual and empirical questions*. Journal of Environmental Psychology, 21, 2001, p. 273-281.
- HOMBRADOS, M. I.. *Hacinamiento*. In J. I Aragonés; M. Amérigo, M. (Orgs). Psicología Ambiental. Madrid: Ediciones Pirámide, 1998, p. 149-172.
- HUMMON, D. M.. *Community attachment. Local sentiment and sense of place*. In S. M. Low & I. Altman (Orgs.) Place Attachment: Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research. New York: Plenum Press, 1992.
- ITTELSON, W. H. Environment and cognition. Nova York: Seminar Press, 1973.
- ITTELSON, W.; PROSHANSKY, H.; RIVLIN, L. & WINKEL, G.. An Introduction to Environmental Psychology. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1974.
- LEE, T.. Psicologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- LEWIN, K.. Teoria de Campo em Ciência Social. São Paulo: Pioneira, 1965.
- LYNCH, K. De que tiempo es este lugar? Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1972
- LOW, S. M. & ALTMAN, I.. *Place attachment: a conceptual inquiry*. In S. M. Low & I. Altman (Orgs.) Place Attachment: Human Behavior and Environment. Advances in Theory and Research. New York: Plenum Press, 1992.
- MARTINEZ-TORVISCO, J. (1998). *Espacio personal y ecología del pequeno grupo*. In J. I Aragonés; M. Amérigo, M. (Orgs). Psicología Ambiental. Madrid: Ediciones Pirámide. pp. 101-122.
- MILLIGAN, M.. *Interactional past and potential: the social construction of place attachment*. Symbolic Interaction, 21, 1998, p. 1-33
- OLIVEIRA, C. S.. Muitas histórias. uma imagem: a percepção sócio-ambiental de alunos residentes da Escola Agrícola de Jundiá. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, 2006.
- PAULA, K. C. L. A Arquitetura Além da Visão: uma reflexão sobre a qualidade do ambiente construído a partir da percepção de pessoas cegas. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (PROARQ-UFRJ), 2003.
- PINHEIRO, J. Q. *Enseñanza de la Psicología Ambiental: vínculo afectivo del alumno y estrategias para su promoción*. In J. M. Sabucedo, R. Garcia-Mira; E. Ares & D. Prado (Orgs.). Libro de comunicaciones – VI Congreso de Psicología Ambiental. A Coruña, Espanha: Universidade da Coruña, Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de Vigo, 1998, p. 299-304.
- PINHEIRO, J. Q. *Personal diary as data collection technique in people-environment studies: the case of isolated groups in ecologically protected oceanic environments*. In B. Martens & A. G. Keul (Orgs.). 18ª Reunião da International Association for People-Environment Studies. Viena: University of Technology, 2004.
- PINHEIRO, J. Q.; ELALI, G. A. Comportamento Sócio-Espacial Humano. Texto não publicado, produzido para fins didáticos, Natal, UFRN, 1998.
- PIRES, T. C. V.. A cidade sem barreiras é para todos? - Avaliação das condições de deslocamento no bairro da Cidade Alta Natal-RN, face as intervenções em acessibilidade

- processadas entre 1993 e 1998. 2008. Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. PPGAU, 2008.
- POL, E. *La apropiacion del espacio.* In: Iniguez, L. & Pol, E. Cognicion, representacion y apropiacion del espacio. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 45-62.
- POL, E. *Seis reflexiones sobre los procesos psicologicos en el uso, organizacion y evaluacion del espacio.* In: Amérigo, M.; Aragonés, J.I. & Corraliza, J. (Orgs.), El comportamiento en el medio natural y construido. Badajoz, Orellana: Junta de Extremadura, 1992. p. 121-133.
- RUBINSTEIN, R. & PARMELEE, P.. *Attachment to place and the representations of the life course by the elderly.* In I. Altman & S. Low (Eds.), Place attachment. New York: Plenum, 1992, p. 139-163.
- SPELLER, G. M.. *A importância da vinculação ao lugar.* In L. Soczka (Org.) Contextos humanos e Psicologia Ambiental. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2005, p. 133-167.
- SOMMER, R.. Espaço Pessoal. as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU / EDUSP, 1973.
- SOUSA, B. L. Q.. A visão da praça André de Albuquerque pelos seus freqüentadores. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- THIBAUD, J.P. (2004). *O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas.* In E.T. Tassara; E.P. Rabinovich; M.C. Guedes (Orgs.). Psicologia e ambiente. SP: EDUC.347-361.
- TUAN, Yi-F.. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi-F.. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SP: DIFEL, 1980.
- VIANA, L. de M.. Humanização hospitalar. espaço físico e relações assistenciais: a percepção de arquitetos especialistas. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal., 2004
- WICKER, A. An Introduction to Ecological Psychology. Belmont, CA: Brooks Cole, 1979.
- YÁZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.